

*Sobretudo, vale ressaltar que repensar a dimensão ética das relações humanas e o cuidado com a vida se torna uma tarefa impossível sem que nos voltemos para a dimensão mais fundamental da existência humana, isto é, para o exercício recriado e expressivo da cidadania, uma das formas mais elevadas de atividade humana.*

**Nádia Filomena Ribeiro da Silva**

# Ética e profissão: desafios e inspirações para o educador contemporâneo

## *Ethics and profession: contemporary educator's challenges*

NÁDIA FILOMENA RIBEIRO DA SILVA\*

### **Resumo**

O artigo discute a questão da ética profissional na atualidade. Procura-se mostrar como a racionalidade científica, as tecnologias e a relação com o trabalho contemporâneo colocam importantes desafios para o educador. Considera-se, aqui, o problema da formação ética e a proposta mundial de uma nova política da vida. Distingue-se também o conceito de "ética", constituído de dois aspectos: o conjunto de regras instituídas pela família, pela escola, pela religião e pelo trabalho e a conduta real dos indivíduos em relação a essas regras.

### **Palavras-chave:**

Ética; Profissão; Educação.

### **Abstract**

The article argues the question of the professional ethics in the present time. It tries to demonstrate how the scientific rationality, technologies and the relation with the contemporary work challenge the educator. It is considered, here, the problem of the ethical formation and the world-wide proposal of a new politics of life. It also distinguishes the concept of "ethics", constituted of two aspects: a joint of rules instituted by the family, by the school, by religion, by the work and the real behavior of the individuals in relation to those rules.

\* Doutora em Filosofia pela PUC-RIO e Pós-doutora em Psicologia Social e Institucional UERJ; Docente parcial dos Institutos Superiores de Ensino La Salle-RJ e psicóloga da UFF; e-mail: nadifilo@yahoo.com.br

## **Keywords:**

Ethics; Profession; Education.

Hoje, as consequências e implicações das formas de intervenção profissional na vida biológica e social dos seres humanos, animais e sistemas ecológicos são moeda corrente no discurso das inúmeras comissões de regulamentação que se espalham pelo mundo inteiro (ética dos direitos humanos, bioética, ética da comunicação, códigos de ética profissional etc.).

O termo “ética” está na moda e, por isso, um dos grandes desafios do pensamento contemporâneo é abalizar a Ética como um campo de discussão filosófica, distinta da Moral instituída pelos códigos de regulamentação de condutas. Mais especificamente, cabe repensar a Ética no âmbito da formação profissional, sobretudo, porque é fato assente que o modo de subjetivação moderno parece ter incidido numa relação obscura entre as concepções de “moral” (conjunto de regras e preceitos instituídos pela família, pela escola, pela religião e pelo trabalho) e de “ética” (a conduta real dos indivíduos em relação a essas regras). Tal obscurantismo tem colocado a observação, ou não, de condutas prescritas pelos códigos de ética profissional no lugar de ações éticas propriamente ditas, o que gera equívocos, oportunismos e, de uma forma geral, uma lamentável improdutividade nesse campo tão relevante e urgente de atuação intelectual e profissional.

No momento em que se discutem os grandes desafios socioculturais que acompanham o advento do século XXI, um momento, sem dúvida, de vasta discussão entre os profissionais ocupados com a forma com que conduzimos a vida em sociedade, parece-me bastante oportuno colocar em foco a própria constituição do “sujeito ético” no mundo contemporâneo. Estamos, certamente, não em uma época de mudanças, mas em uma mudança de época e, neste século que se inicia, temos algo imprecisamente chamado “pós-modernidade”, que será bem diferente, argumenta Frei Betto (2000, p. 31), de tudo o que possuímos atualmente em termos de referências e paradigmas.

Hoje, marcados pela racionalidade científica e pelas tecnologias de poder vigentes, encontramos-nos não somente em meio a lutas contra dominações políticas e explorações econômicas, mas também em meio a lutas contra violentas formas de sujeição. O problema da constituição do sujeito ético atravessa, além da atual proposta mundial de uma nova política da vida, as discussões que se forjam sobre a precariedade do modo de subjetivação moderno. O ideal da “boa vida” moderna, veiculado pela mídia aos quatro cantos do mundo, vende, junto a suas inúmeras vantagens e seus atrativos sociais, a imagem de indivíduos obcecados pelo sucesso pessoal. Por conseguinte, esses indivíduos ensimesmados acabam por apresentar um estado

de paralisia e impotência diante das estatísticas alarmantes noticiadas e registradas da violência social, expressando, sobretudo, diversas formas de alheamento e irresponsabilidade em relação ao outro (FREIRE COSTA, 2000, p. 80).

Por conseguinte, consideramos urgente e relevante, em primeiro lugar, pensar de que forma a Ética tem se organizado como prática da filosofia e, em segundo lugar, discutir como as técnicas, os procedimentos e as finalidades históricas constituem um sujeito na sua dimensão ética.

Em um mundo que crê na ordem natural das coisas, que aposta mais no adaptacionismo e no calculismo individual do que no questionamento e na crítica, o que mais testemunhamos é a busca por segurança; em outras palavras, o que prevalece é a máxima de que devemos, o mais cedo possível, calcular e proteger nosso futuro e nossos interesses pessoais. Desse modo, a “privatização da vida” torna-se o ideal de cada um, e a “opinião” geral de que nada podemos fazer em relação a tais condições de vida é frequentemente exposta e reexposta no discurso da maioria dos cidadãos contemporâneos. Recusando-nos a compartilhar tal opinião, cuidando para não cair em usuais formas públicas e privadas de puro diletantismo, talvez possamos colocar à prova e em xeque não somente nossa opinião, mas também o *modus vivendi* que tanto tem nos inquietado e feito silenciar diante de tantos registros de descaso e impunidade observados no campo profissional.

Sem dúvida, nós, seres humanos, por um motivo ou por outro, independentemente da idade, do sexo ou do lugar onde nascemos, já nos pegamos perguntando: por que a vida é assim? Por que uns nascem tão ricos e outros tão pobres? Por que existem as guerras? Será que o mundo vai acabar mesmo? Será que Deus existe mesmo? Será que existem seres extraterrestres? Afinal, uma máquina pode pensar? Será que o nosso destino depende realmente de sorte? Existe vida após a morte? Por que nascemos em determinados lugares ou em certas famílias? De fato, esses não são pensamentos originais ou raros. Ao contrário, muito mais do que imaginamos, pessoas comuns, de todas as idades, inclusive crianças, mais cedo ou mais tarde, de uma maneira ou de outra, por esse ou por aquele motivo, fazem a si mesmas algumas dessas perguntas.

Geralmente, quando nos sentimos incomodados, inquietos, indecisos, preocupados com nosso futuro, sozinhos ou mesmo impotentes diante de alguma situação, colocamo-nos a pensar e a questionar nossas concepções sobre a vida, sobre a morte, sobre o sentido de nossas existências, sobre a natureza etc. Alguns se arriscam até a “filosofar”, isto é, a buscar e a correlacionar ideias que possam de alguma forma responder aos anseios e angústias provocados pelo “não saber”, pela fragilidade de nossas certezas e, principalmente, pelas limitações do conhecimento humano.

Vale ressaltar que é justamente esse “não saber”, essa inquietude e esse

incômodo que podem nos levar a transformações em relação àquilo que queremos mudar em nossa atualidade. Esse é o caminho — apesar de árduo e atípico em tempos do *time is money* — que pode nos levar a importantes reflexões, cuidados e mudanças que se fazem urgentes, principalmente, no exercício atual da vida profissional.

A propósito dessa urgência em recorrermos ao exercício filosófico, vale lembrar que, de origem grega, a palavra filosofia (*philia* = amizade e *sophia* = sabedoria), por definição, designa a afinidade e a amizade pela sabedoria. O filósofo, por assim dizer, não é aquele que “sabe tudo”, que é o “dono da verdade”, mas aquele que busca, por afinidade e com a lealdade de um amigo, a sabedoria, por meio do exercício do pensamento, da razão, enfim. Assim como o atleta exercita seus músculos, por meio de intensos treinamentos, a fim de superar seus limites e vencer desafios cada vez maiores que lhe são colocados por sua própria prática, o filósofo é aquele que exercita suas ideias, por meio de intensos questionamentos, a fim de superar e vencer os desafios e as angústias gerados pelo não raro encontro com o desconhecido, com a dúvida e com as perplexidades da existência humana.

A inquietude provocada por tais questionamentos não é suficiente para provocar em nós um verdadeiro encontro com a filosofia. Para tal, precisamos resgatar primeiramente o que o filósofo francês Alan Badiou (2002, p. 12-13) denominou de “desejo de filosofia”. Para o filósofo, quatro componentes são essenciais ao “desejo de filosofia”, quais sejam: (1) a atenção, representando a função crítica da filosofia, que recusa o ficar instalado, satisfeito, acomodado, aceitando passivamente as ideias já catalogadas há séculos; (2) a lógica, que nada mais é do que o desejo de uma razão coerente, de racionalidade, diferente das opiniões tendenciosas emitidas por hábito ou crenças; (3) o universal, segundo o qual a filosofia é para todos, no sentido de que recusa o que é particular e fechado; (4) e, por fim, a aposta, o gosto pelo encontro e pelo acaso, pelo engajamento. Esses elementos mostram, inegavelmente, que o destino verdadeiro da filosofia não é a sala de conferência, tampouco o gabinete dos filósofos, mas a rua, a praça pública, a sala de aula, o mundo inteiro. Problemas químicos se resolvem com Química, problemas biológicos, com Biologia, problemas cosmológicos, com Astronomia e, portanto, problemas éticos, com Ética. Então, mãos à obra: filosofar é preciso, além de permitido.

Vivemos em um mundo voltado para problemas práticos e individuais. Em outras palavras, vivemos em um mundo que crê na ordem natural das coisas mais do que na revolta e na crítica, prevalecendo a opção da adaptação ao que já está determinado de antemão pelo contexto sociocultural em que nos encontramos. Regidos pela lei do menor esforço, jovens e crianças

encontram-se entorpecidos e alienados pelo modo de vida veiculado pela mídia, mais especificamente pelos meios de comunicação de massa. Este mundo das imagens instantâneas e incoerentes não exige de seus espectadores praticamente nenhum esforço do pensamento, na medida em que distribui valores e padrões de comportamento compartilhados de maneira irrefletida, rápida e sem memória, situação na qual o “parar para pensar”, o “perguntar” não têm lugar, tampouco apelo lucrativo.

Não é difícil concluir que, nesse mundo, oposto ao desejo de filosofia, o filosofar ganha a dimensão, antes de tudo, de um instrumento coletivo de resistência, com o objetivo primeiro de tentar compreender as ideias que têm sustentado o modo como temos visto o mundo e seu destino. A fim de que possamos fazer com que “as coisas sejam diferentes”, precisamos tomar para nós a responsabilidade de pensar e criar saídas, alternativas e bifurcações para os impasses que aparecem aos borbotões na vida contemporânea.

Nesse sentido, filosofar é resistir: quando resistimos ao medo, à impunidade e à indiferença, estamos em vias de reconhecer e discernir as experiências que têm feito a manutenção do *ethos* do cuidado contemporâneo, colocando-o à prova e em xeque. Sobretudo, vale ressaltar que repensar a dimensão ética das relações humanas e o cuidado com a vida se torna uma tarefa impossível sem que nos voltemos para a dimensão mais fundamental da existência humana, isto é, para o exercício reciado e expressivo da cidadania, uma das formas mais elevadas de atividade humana.

Para que possamos superar as pressões dos grandes interesses privados, quer se trate de interesses relativos ao mercado de trabalho, quer se trate de interesses profissionais e/ou categoriais, cada um deles confiscando para proveito próprio o “interesse geral”, precisamos afirmar a ação ética como atividade humana das mais dignas de interesse, na medida em que “viver” quer dizer, acima de tudo, “viver junto”, “viver com”, compartilhar, criar espaço e história de uma “vida-cidade” comum (DELACAMPAGNE, 2001, p. 189).

O que pensar, então, da alarmante demanda de controle da conduta humana (códigos, conselhos, comissões de inquérito, auditorias etc.) em suas mais variadas formas de poder e fiscalização, nas sociedades contemporâneas? Diante de tal cenário, perguntamos sobre a relação que nós, homens contemporâneos, temos estabelecido com a própria vida e com o cuidado que temos dispensado a nossas escolhas, pensamentos e ações. Em outras palavras, como as concepções de “cuidado”, de “vida” e de “conduta ética” têm estado relacionadas? Por que a paralisação, o medo e a impotência estão tão naturalizados nas sociedades contemporâneas? Por que anda tão difícil criar e compartilhar leis, princípios e regras? Por que o outro, que deveria ser reconhecido como “ser moral”, permanece

tão desqualificado? Por que o individualismo se tornou um fato assente para aqueles que medeiam e fazem a manutenção, cotidianamente, de padrões sociais de conduta? Por que, perdendo o sentido da história e do bem comum, encontramos um sujeito exclusivamente absorvido por seus problemas privados, alheio aos problemas coletivos?

A discussão efetivamente ética traz consigo o direito da resistência às piores situações, uma afirmação da vida, na medida em que recuperamos a potência de agir.

A partir dessas importantes considerações e, talvez, recriando formas expressivas de cidadania, pela aposta na ideia de historicizar a própria figura do “sujeito ético”, possamos fazer com que as coisas sejam diferentes, um apelo a mudanças efetivas, capazes de sobrepujar o terror e o silêncio que temos experimentado. Essa análise acerca de nosso “modo de estar no mundo” tem o propósito político de buscar a recuperação da voz do sujeito ético, há tanto emudecida pelo medo e pela indiferença, trazendo para o discurso acerca do projeto ético contemporâneo a clareza em relação ao que queremos aceitar ou mudar de nós mesmos em nossa sociedade. Sem essa clareza, em meio à produção desenfreada de códigos de regulamentação de condutas, nessa tentativa surda e sintomática de controle social, vemo-nos mudos e sem paz. Citando um jovem poeta e músico brasileiro, afinal “a paz sem voz não é paz, é medo”<sup>1</sup>.

A propósito de tarefas nada fáceis, a reflexão sobre a ética traz para a discussão acerca da vida profissional contemporânea um grande desafio, qual seja, exige-lhe um tempo comprometido não apenas com os regimes de aquisição de conhecimento, mas um tempo oportuno (em grego, *kayrós*), isto é, um tempo comprometido com o ritmo e com o engendramento de modificações no modo de o sujeito estar no mundo, garantindo um redimensionamento mais afinado de sua conduta, um tempo denominado pelos gregos como etopoiético (FOUCAULT, 2004, p. 290). Esse seria o tempo oportuno de maturação do “eu ético”, oposto ao modelo individualista do *ethos* contado, corrido e utilitarista do mundo contemporâneo (em grego, *kronos*), aliás, do não menos atualíssimo, e já mencionado, “tempo é dinheiro”.

Segundo podemos observar, é inerente a esse processo de maturação do “eu ético” a construção recorrente e livre de uma unidade inconsútil entre um processo de reflexão em face da alteridade (exercício ético) e um exercício constante de sensibilidade em relação ao outro (exercício estético). Em outras palavras, um exercício de resistência, que recusa legalismos e oportunismos, que denuncia o empobrecimento das endurecidas relações cotidianas e o

<sup>1</sup> Música “Minha Alma”, de Marcelo Yuka – grupo O Rappa.

alheamento em relação à vida e aos direitos humanos, patentes em muitas das práticas profissionais contemporâneas.

Sabemos que a Modernidade deixou marcas indeléveis na relação entre subjetividade e verdade, e que “conhecer” há muito não significa transformar-se a partir do que se elabora como logos ou discurso verdadeiro (tantas vezes testemunhamos “verdades” proferidas por “mentirosos”!). Ao contrário, o conhecimento moderno, com seus pressupostos de neutralidade e objetividade, renegou ao desuso as indagações éticas sobre as práticas de existência, ou seja, sobre aquilo que os indivíduos e os grupos sociais fazem com as suas próprias vidas. Desde então, o próprio advento das ciências humanas veio acompanhado por uma indiferença dos “homens da ciência” ao destino das relações do homem consigo mesmo, com a natureza e com os outros, indiferença justificada pela suposta isenção da razão instrumental.

Há, por tudo o que se expôs, uma espécie de não comprometimento entre “discurso racional” e “modo de estar no mundo”, entre “dizer” e “fazer”. Em nome do progresso, pela busca implacável pela sobrevivência e pelo famigerado engajamento no ritmo imposto pelo mundo globalizado, o que “se faz” está legendado por regras preestabelecidas por interesses individuais ou categoriais, que, por sua vez, estão articulados à vigente política internacional das trocas econômicas e tecnológicas intercambiáveis, à sedução irresistível de pertencer à “aldeia global”.

Insatisfeitos com esse cenário, não podemos esquecer que, no fundamento de nossa inquietação, há uma potência ética, um engajamento subjetivo, uma certa coragem de resistir, coragem de desejar uma correspondência regrada entre a ação e o discurso, coragem de encarar o fato de que, muitas vezes, a verdade põe a vida à prova, o que nos leva a escolhas limítrofes. Dar voz a toda essa inquietação significa, além de resistir ao medo e à acomodação, aceitar o desafio, muitas vezes doloroso, da ruptura, da recusa e da denúncia.

Decerto, tais empreendimentos não fundam uma moral que garanta o “bem” e afaste o “mal” definitivamente de nossas vidas profissionais e de nossas ações, mas exigirão o trabalho de uma ética que persiga a verdade e denuncie a mentira, uma ética do profissional, principalmente se educador, implicado, compromissado com o seu próprio tempo. Estar implicado técnica e moralmente com uma profissão significa, antes de qualquer conduta prescrita, recusar a usual e total indiferença que temos presenciado entre aquilo que se diz (a razão instrumental) e aquilo que se é ou que se faz.

Mesmo que se trate de um projeto para toda uma vida, podemos começar a olhar para o que temos feito de nossas vidas profissionais, a fim de entender o atual momento histórico. Criando espaços coletivos de compartilhamento de questões ético-profissionais, principalmente os

voltados para uma formação crítica e engajada, certamente poderemos reforçar laços coletivos, ações políticas e cuidados, hoje tão necessários, em nossas práticas cotidianas.

Dentre as mais nobres virtudes inventariadas como indispensáveis para uma atuação profissional ética — como a justiça, a generosidade, a fidelidade, a tolerância — a coragem é vinculada à boa-fé, virtude que rege, segundo o filósofo Comte-Sponville (2007, p. 213), nossas relações com a verdade. A boa-fé é, ao mesmo tempo, um fato psicológico e uma virtude que é moral, por ser a concordância e a confluência de atos e palavras com as práticas de si, e destas práticas consigo mesmo. Como virtude, a boa-fé é o amor ou respeito à verdade, e a única fé que vale universalmente, pois independe das crenças religiosas.

Ser de boa-fé não é sempre dizer a verdade, pois podemos nos enganar, mas é pelo menos dizer a verdade sobre o que cremos. A boa-fé é uma espécie de exigência de verdade, não o acesso garantido a ela, mas movimento que se insurge contra a mentira, a hipocrisia e, em suma, contra todas as formas privadas e públicas da má-fé, pois entende, como professava Sócrates, o filósofo grego, que há algo mais essencial do que qualquer verdade: a exigência de verdade.

Parafraseando Comte-Sponville (2001, p. 86-7), para pensar a ética profissional no mundo contemporâneo, não devemos nos ocupar com o desejo do que não temos ou do que não é (a falta, a esperança, a nostalgia), mas com o conhecimento do que é, com a vontade do que podemos (tentar compreender!). Não mais a falta, mas a potência (deste tipo de análise); não mais a simples esperança, mas a confiança e a coragem (de verdade!); não mais a nostalgia, mas a fidelidade e a gratidão pelo que podemos pensar, ver e fazer... ainda.

## Referências

---

BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BETTO, Frei. Crise da modernidade e espiritualidade. In: ROITMAN, A. (Org.). **O desafio ético**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

COMTE-SPONVILLE, André. **A felicidade, desesperadamente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

*Sociedade e conhecimento*

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE COSTA, Jurandir. A Ética democrática e seus inimigos. In: ROITMAN, A. (Org.). **O desafio ético**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.